

CONVERGÊNCIA ENTRE DUA E TDIC NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO FRENTE À TRANSIÇÃO DA EAD PARA SEMIPRESENCIAL

CONVERGENCE BETWEEN UDL AND DICT IN TEACHER EDUCATION: CONTRIBUTIONS TO THE TRANSITION FROM DISTANCE TO BLENDED LEARNING

CONVERGENCIA ENTRE DUA Y TDIC EN LA FORMACIÓN DOCENTE: APORTES EN LA TRANSICIÓN DE LA EDUCACIÓN A DISTANCIA AL FORMATO SEMIPRESENCIAL

Adriano Fiuza do Nascimento

Universidade do Estado de Santa Catarina

Geisa Letícia Kempfer Bock

Universidade do Estado de Santa Catarina

Karina Marcon

Universidade do Estado de Santa Catarina

RESUMO: O texto apresenta parte de uma tese de doutorado em andamento que investiga como a convergência entre o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pode contribuir para a promoção da justiça curricular e para o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas na formação inicial de pedagogos, em um cenário de transição da educação a distância (EaD) para o formato semipresencial. O problema de pesquisa centra-se nos desafios de assegurar inclusão, acessibilidade e permanência de acadêmicos historicamente marginalizados, considerando a diversidade de perfis presentes nos cursos de pedagogia. O estudo adota uma abordagem metodológica de múltiplos estudos, incluindo revisão integrativa, análise documental de legislações e relatórios, investigação de índices de evasão e pesquisa de campo. A análise preliminar dos dados do Censo da Educação Superior de 2023 evidencia a consolidação da EaD como principal via de ingresso no ensino superior brasileiro, com crescimento expressivo de 474,9% em dez anos, mas também revela mudanças profundas com a publicação do Decreto nº 12.456/2025 e das Portarias MEC nº 381/2025 e nº 506/2025, que redefinem parâmetros regulatórios e deslocam o foco para o formato semipresencial. Os achados sugerem que a transição exige reorganização curricular, adequação de espaços e revisão de estratégias pedagógicas, de modo a responder às desigualdades estruturais e às demandas de grupos diversos. Conclui-se que a convergência entre DUA e TDIC representa uma possibilidade investigativa para orientar práticas mais acessíveis, equitativas e sensíveis à diversidade, contribuindo para ampliar o debate sobre inclusão e justiça curricular na formação inicial do pedagogo.

Palavras-chave: Justiça curricular. Educação semipresencial. Educação Superior. Formação inicial de professores. Inclusão.

ABSTRACT: The text presents part of an ongoing doctoral thesis that investigates how the convergence between Universal Design for Learning (UDL) and Digital Information and Communication Technologies (DICT) can contribute to promoting curricular justice and strengthening inclusive pedagogical practices in the initial training of teachers, within a context of transition from distance education (DE) to a blended learning format. The research problem focuses on the challenges of ensuring inclusion, accessibility, and retention of historically marginalized students, considering the diversity of profiles present in teacher education programs. The study adopts a multiple-method approach, including an integrative review, documentary analysis of legislation and reports, investigation of dropout rates, and field research. Preliminary analysis of data from the 2023 Higher Education Census highlights the consolidation of DE as the main entry pathway into Brazilian higher education, with a significant growth of 474.9% over ten years. However, it also reveals profound changes following the publication of Decree No. 12,456/2025 and MEC Ordinances No. 381/2025 and No. 506/2025, which redefine regulatory parameters and shift the focus to blended learning. The findings suggest that this transition requires curriculum reorganization, adaptation of spaces, and revision of pedagogical strategies to address structural inequalities and the needs of diverse groups. It is concluded that the convergence of UDL and DICT represents an investigative opportunity to guide more accessible, equitable, and diversity-sensitive practices, contributing to broadening the debate on inclusion and curricular justice in teacher education.

Keywords: Curricular Justice. Blended Education. Higher Education. Initial Teacher Education. Inclusion.

RESUMEN. El texto presenta parte de una tesis doctoral en curso que investiga cómo la convergencia entre el Diseño Universal para el Aprendizaje (DUA) y las Tecnologías Digitales de Información y Comunicación (TDIC) puede contribuir a la promoción de la justicia curricular y al fortalecimiento de prácticas pedagógicas inclusivas en la formación inicial de pedagogos, en un contexto de transición de la educación a distancia (EaD) hacia el formato semipresencial. El problema de investigación se centra en los desafíos de garantizar la inclusión, accesibilidad y permanencia de estudiantes históricamente marginados, considerando la diversidad de perfiles presentes en los cursos de pedagogía. El estudio adopta un enfoque metodológico de múltiples estudios, que incluye revisión integradora, análisis documental de legislaciones e informes, investigación de índices de deserción y trabajo de campo. El análisis preliminar de los datos del Censo de Educación Superior de 2023 evidencia la consolidación de la EaD como principal vía de acceso a la educación superior brasileña, con un crecimiento significativo del 474,9% en diez años, pero también revela cambios profundos con la publicación del Decreto nº 12.456/2025 y de las Resoluciones del MEC nº 381/2025 y nº 506/2025, que redefinen parámetros regulatorios y desplazan el enfoque hacia el formato semipresencial. Los hallazgos sugieren que esta transición requiere una reorganización curricular, adecuación de los espacios y revisión de las estrategias pedagógicas, a fin de responder a las desigualdades estructurales y a las demandas de grupos diversos. Se concluye que la convergencia entre DUA y TDIC representa una posibilidad investigativa para orientar prácticas más accesibles, equitativas y sensibles a la diversidad, contribuyendo a ampliar el debate sobre inclusión y justicia curricular en la formación inicial del pedagogo.

Palabras clave: Justicia Curricular. Educación Semipresencial. Educación Superior. Formación Inicial del Profesorado. Inclusión.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se ao desenvolvimento de uma tese de doutorado em andamento, composta por múltiplos estudos independentes que, de forma articulada, buscam responder a uma questão central: como a convergência entre o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) pode contribuir para promover a justiça curricular e potencializar práticas pedagógicas

inclusivas na formação inicial do pedagogo, em um cenário de transição da Educação a Distância (EaD) para o formato semipresencial?

A pesquisa parte da constatação de que a EaD tem se destacado como uma das principais vias escolhida para o ingresso no ensino superior brasileiro na última década, apresentando crescimento significativo e mudanças no perfil dos acadêmicos. Dados do Censo da Educação Superior 2023 (INEP) evidenciam que, entre 2022 e 2023, os cursos EaD registraram aumento de 10,7% no número de ingressantes, enquanto os presenciais cresceram apenas 3,6%. Em uma análise de dez anos (2013–2023), observa-se queda de 27,6% nos cursos presenciais e aumento expressivo de 474,9% na EaD, que passou a representar 63,9% do total de novos acadêmicos. Esse público é composto, em grande parte, por adultos trabalhadores, muitos acima dos 30 anos, e por pessoas que retornam aos estudos após longos períodos afastados, buscando requalificação profissional ou novas oportunidades. Essa heterogeneidade amplia as demandas por currículos sensíveis à diversidade, capazes de considerar diferentes trajetórias e condições de aprendizagem.

No entanto, esse cenário passa por mudanças significativas. O novo marco regulatório da educação superior (Decreto nº 12.456/2025 e Portarias MEC nº 381/2025 e nº 506/2025) introduz parâmetros mais rigorosos e desloca o foco da EaD tradicional para modelos semipresenciais, sobretudo nos cursos de formação inicial de professores, como o de Pedagogia. Embora os impactos ainda não possam ser plenamente dimensionados, as alterações indicam a necessidade de repensar currículos, metodologias, assistência estudantil e estratégias de permanência para um público que historicamente buscou a EaD como alternativa viável. Essa reflexão demanda uma perspectiva crítica e abrangente, na qual a justiça curricular se coloca no centro da discussão, ao propor o reconhecimento e a valorização da diversidade social, cultural e histórica dos sujeitos que integram as comunidades acadêmica e escolar.

Arroyo (2011) adverte que ignorar as complexas relações entre escola e sociedade resulta em análises simplificadas das desigualdades, enquanto Santomé (2013) reforça que a justiça curricular exige avaliar o currículo em todas as suas etapas, considerando até que ponto ele responde às necessidades de todos os grupos sociais e contribui para formar sujeitos éticos, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essa perspectiva se fortalece quando articulada à noção de interseccionalidade, que amplia a análise ao evidenciar que as desigualdades não se reduzem a um único marcador social, mas emergem do entrecruzamento de categorias como gênero, raça, classe, sexualidade, deficiência e territorialidade (GOMES, 2023).

No curso de Pedagogia, tais desafios podem se manifestar, ou ao menos deveriam ser considerados, a partir da composição potencialmente diversa dos acadêmicos, que inclui pessoas negras, indígenas, quilombolas, acadêmicos com deficiência, mulheres, pessoas trans e indivíduos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cujas trajetórias podem ser atravessadas por múltiplas barreiras. É nesse ponto que este artigo se articula à trilha Assistência estudantil, Acessibilidade e Inclusão na EaD.

A tese em desenvolvimento problematiza e busca contribuir para o fortalecimento dessa discussão ao analisar, por meio da convergência entre o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA) e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), como garantir que diferentes perfis acadêmicos tenham condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem, especialmente em um momento de transição entre formatos de oferta. A pesquisa problematiza não apenas o uso de recursos tecnológicos, mas também as políticas institucionais, as estratégias pedagógicas e as ações de apoio que favorecem a inclusão, destacando os desafios e as possibilidades do curso de Pedagogia, que historicamente utilizou a EaD e agora precisa reorganizar-se para o semipresencial.

2 DESENVOLVIMENTO

Essa pesquisa em andamento se propõe a analisar como a convergência entre DUA e TDIC pode contribuir para reorganizar práticas pedagógicas e currículos no curso de Pedagogia, em um momento marcado por mudanças regulatórias e por novas exigências de presencialidade. A tese estrutura-se em quatro estudos independentes: uma revisão integrativa sobre produções científicas que tratam da convergência entre DUA e TDIC na educação; a análise da evasão no curso de Pedagogia CEAD-UDESC; uma pesquisa de campo para investigar como a convergência DUA–TDIC pode contribuir para ampliar o acesso curricular em um cenário de transição; e a análise do currículo do curso sob a perspectiva interseccional.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2023, realizado pelo INEP, observa-se que a EaD se consolidou como uma das principais modalidades de ingresso no ensino

superior brasileiro. Entre 2022 e 2023, os cursos EaD registraram crescimento de 10,7% no número de ingressantes, enquanto os presenciais tiveram aumento de apenas 3,6%. Em um recorte mais amplo, de 2013 a 2023, o número de ingressantes nos cursos presenciais caiu 27,6%, ao passo que a EaD cresceu 474,9%, passando a representar 63,9% do total de novos alunos. Esses números evidenciam não apenas a força deste formato, mas também mudanças profundas no perfil e nas expectativas de quem busca a formação superior.

No entanto, esse cenário encontra-se em transição. O novo marco regulatório da educação superior (Decreto nº 12.456/2025 e Portarias MEC nº 381/2025 e nº 506/2025) introduz parâmetros mais rigorosos e desloca o foco para o formato semipresencial, sobretudo nos cursos de formação inicial de professores, como o de Pedagogia. Ainda não é possível dimensionar plenamente os impactos dessas mudanças, mas algumas questões se impõem: como as instituições reorganizarão seus cursos? Quais grupos serão mais afetados? Haverá ampliação ou restrição de acesso para aqueles que tradicionalmente buscavam a EaD como alternativa viável?

O Decreto é publicado em um contexto de crescimento exponencial e acelerado da EaD, movimento que gera preocupação com a qualidade dos cursos ofertados nesta modalidade. Neste sentido, o Ministério da Educação, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), produziu em 2022 o relatório Diagnóstico e desafios para a expansão da EaD no Brasil, documento que buscou mapear a expansão da modalidade, evidenciar gargalos estruturais e pedagógicos e propor diretrizes para políticas públicas capazes de assegurar padrões mínimos de qualidade. Seu objetivo foi justamente compreender as possibilidades e os riscos da EaD no cenário brasileiro, com atenção especial à formação inicial de professores, dada a relevância estratégica das licenciaturas para a educação básica.

A partir desse diagnóstico, evidencia-se que a expansão acelerada da EaD, repercutiu diretamente na educação básica, uma vez que parcela expressiva dos cursos de licenciatura nessa modalidade não assegurou formação consistente de seus egressos. Conforme destaca o relatório, muitos docentes formados em cursos a distância ingressaram no magistério sem a devida preparação para lidar com as complexidades da prática pedagógica, resultando em fragilidades no domínio de conteúdos, nas estratégias de ensino e na compreensão da diversidade dos sujeitos.

Do mesmo modo, a desqualificação percebida em parte da oferta EaD reforçou uma lógica de precarização da formação docente, cujos efeitos se manifestam nas salas de aula. O documento enfatiza que, em vez de reduzir desigualdades, a EaD, quando mal estruturada, acabou por reproduzir ou até ampliar exclusões, especialmente entre grupos historicamente marginalizados que buscavam uma alternativa viável de acesso ao ensino superior (BRASIL; CGEE, 2022). Assim, os impactos da má formação não se restringem às trajetórias individuais dos acadêmicos, mas repercutem estruturalmente na qualidade da educação básica, justificando a urgência de um marco regulatório que reposicione a formação inicial de professores em bases mais sólidas.

Dessa forma, compreendemos que o crescimento acelerado da EaD na última década, embora tenha ampliado o acesso ao ensino superior, trouxe consigo o desafio da qualidade formativa. Conforme aponta o relatório (BRASIL; CGEE, 2022), a EaD se expandiu em muitos casos de forma desordenada, com fragilidades em processos de gestão, infraestrutura tecnológica e consistência pedagógica.

É diante deste cenário que se inserem as recentes mudanças regulatórias, as quais buscam não apenas conter os efeitos da expansão indiscriminada, mas também recolocar a formação inicial de professores em bases mais sólidas. O relatório ressalta que a sustentabilidade da EaD exige políticas que articulem marcos regulatórios consistentes, investimento em infraestrutura, valorização de recursos humanos e práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL; CGEE, 2022). A transição para modelos semipresenciais, especificamente nas licenciaturas, pode ser compreendida como uma tentativa de equilibrar o potencial democratizador da modalidade com a responsabilidade de assegurar padrões mínimos de qualidade.

Nesse sentido, a convergência entre DUA e TDIC pode se configurar como uma via de análise e de experimentação para pensar currículos e práticas mais flexíveis, acessíveis e sensíveis às diferentes formas de aprender, em um cenário que exige novas respostas para garantir participação e aprendizagem de todos.

Para este estudo, adotamos o conceito de DUA apresentado por Böck (2022), que o descreve como uma proposta inspirada no desenho universal da arquitetura e que se apropria de conhecimentos de áreas como educação, neurociência, informática e mídias, entre outras, intencionando flexibilizar objetivos, métodos, estratégias, recursos e formas de avaliação, atendendo às diferentes necessidades, interesses e modos de funcionamento

e aprendizagem. A análise dos dados do Censo também evidencia uma mudança no comportamento e nas escolhas educacionais dos brasileiros. Esse movimento, perceptível já na década anterior, foi intensificado pela pandemia de COVID-19 (2020–2021). O isolamento social e o fechamento temporário das instituições de ensino aceleraram a incorporação de tecnologias e ampliaram a familiaridade com práticas mediadas digitalmente, influenciando tanto a oferta institucional quanto as expectativas dos acadêmicos.

Como destaca Lemos (2021, p. 18), esse período:

[...] colocou desafios sociopolíticos importantes ao Brasil ao instituir uma relação entre conexão e isolamento, mostrando a dependência das redes e das tecnologias de comunicação e informação (TICs), a precariedade da infraestrutura de acesso à habitação, e a desigualdade no acesso e no consumo dessas tecnologias.

Tal constatação reforça que o crescimento da EaD e a transição para modelos semipresenciais não podem ser compreendidos apenas pela expansão numérica de vagas ou pela incorporação das TDIC. A pandemia deixou evidente que o acesso à educação mediada por tecnologias está condicionado a fatores estruturais, como infraestrutura de conectividade, condições de moradia e desigualdades socioculturais, que impactam diretamente as possibilidades de participação e aprendizagem. Assim, pensar a formação inicial do pedagogo no formato semipresencial implica reconhecer que os desafios não se limitam a aspectos metodológicos ou tecnológicos, mas abrangem dimensões sociais, políticas e históricas que atravessam os sujeitos e seus contextos.

Nesse sentido, a articulação entre DUA e TDIC não se apresenta como resposta definitiva, mas como um campo investigativo relevante, capaz de problematizar práticas pedagógicas e currículos e de indicar caminhos para potencializar o acesso, a permanência e a aprendizagem em cursos semipresenciais.

3 ALGUNS RESULTADOS

A análise documental realizada até o momento nos permitiu identificar que a EaD exerceu papel decisivo na democratização do acesso ao ensino superior, consolidando-se como via predominante de ingresso, sobretudo para adultos trabalhadores, pessoas acima dos 30 anos e indivíduos que retornam à formação em idade avançada. O Censo da

Educação Superior 2023 evidencia esse movimento, ao registrar crescimento de 474,9% da modalidade entre 2013 e 2023, contrastando com a diminuição de ingresso nos cursos presenciais.

Entretanto, os documentos normativos recentes tais como: Decreto nº 12.456/2025 e Portarias MEC nº 381/2025 e nº 506/2025, inauguram uma fase de reconfiguração, deslocando a centralidade da EaD para formatos semipresenciais. Essa mudança, ainda em processo de implementação, sinaliza tanto potencialidades quanto desafios. Entre os pontos positivos, destaca-se a possibilidade de ampliar a qualidade formativa ao articular presencialidade e mediações digitais, com maior regulação sobre polos, materiais e processos avaliativos.

Por outro lado, persistem incertezas quanto aos impactos sobre públicos historicamente beneficiados pela flexibilidade da EaD, como adultos trabalhadores e grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que podem enfrentar novas barreiras de permanência.

Outro achado refere-se ao papel da pandemia de COVID-19, que acelerou a incorporação das tecnologias digitais, mas também escancarou desigualdades estruturais. Fatores como conectividade precária, falta de acessibilidade digital e desigualdades de gênero, raça, classe e território revelam que a simples ampliação de vagas não garante inclusão. Nesse ponto, o recurso à interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021; GOMES, 2023) mostrou-se fundamental para compreender como múltiplos marcadores sociais se cruzam e produzem formas distintas de exclusão.

Diante desse contexto, a convergência entre DUA e TDIC desponta como campo investigativo relevante, pois permite problematizar práticas pedagógicas, currículos e políticas institucionais a partir da perspectiva da justiça curricular. Essa articulação não é apresentada como resposta definitiva, mas como possibilidade de reorganizar os processos formativos de modo a reduzir barreiras, ampliar oportunidades e favorecer percursos mais inclusivos para acadêmicos de diferentes perfis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento evidencia que a transição da EaD para o formato semipresencial no curso de Pedagogia coloca novos desafios e exige reflexão crítica sobre a inclusão e a justiça curricular. Embora a EaD tenha representado uma via importante de

expansão do acesso, os dados e documentos analisados apontam para a necessidade de estratégias renovadas que assegurem equidade em contextos de maior presencialidade.

Nesse cenário, a tese problematiza a formação inicial do pedagogo a partir da convergência entre DUA e TDIC, compreendendo-a como possibilidade de potencializar práticas pedagógicas inclusivas e ampliar o debate sobre assistência estudantil, acessibilidade e inclusão no ensino superior.

Ao articular justiça curricular e interseccionalidade, busca-se contribuir para a construção de propostas que não apenas garantam acesso, mas que sustentem a permanência e o êxito de acadêmicos historicamente marginalizados. Assim, este trabalho reforça que a análise das mudanças regulatórias e de seus efeitos sobre a formação docente deve ser acompanhada por investigações que considerem a diversidade como princípio estruturante. Mais do que adequar-se às novas exigências normativas, trata-se de pensar criticamente os currículos e práticas pedagógicas no curso de Pedagogia, explorando caminhos capazes de promover inclusão e justiça curricular em tempos de transição.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BOCK, G. L. K.; GESSER, M.; NUERNBERG, A. H. **Contribuições do Desenho Universal para Aprendizagem à Educação a Distância**. Educação & Realidade, v. 46, n. 4, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/95398>. Acesso em: 25 ago. 2025

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.456-de-19-de-maio-de-2025-630398639>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025**. Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025 [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-regulacao-supervisao-educacao-superior/PORTARIAMECN381.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025.** Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação [...]. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-506-de-10-de-julho-de-2025-641610361>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). *Diagnóstico e desafios para a expansão da Educação a Distância no Brasil*. Brasília: MEC/CGEE, 2022.

GOMES, N. L. **Estudos e pesquisas sobre educação, raça, gênero, e diversidade sexual.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 44, p. e275110, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kWym5qKLCgwjzBGPCBZYsM/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2025.

HACK, Luciano Emilio. **Framework para a permanência de estudantes em cursos superiores a distância.** 2024. Tese (Doutorado em Administração Universitária) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/261445/PCAD1228>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LE MOS, A. **A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital.** Porto Alegre: Sulina, 2021.

TORRES SANTOMÉ, Jurjo. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de Troia da educação.** Tradução: Alexandre Salvaterra. Revisão técnica: Álvaro Hypolito. Porto Alegre: Penso, 2013.

Sobre os autores

Adriano Fiuza do Nascimento - Mestre em Educação Inclusiva pelo PROFEI-UDESC. Doutorando em Educação (UDESC). Supervisor Educacional na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
E-mail: adriano.fiuza@hotmail.com

Geisa Letícia Kempfer Böck - Doutora em Psicologia (UFSC). Professora Associada da UDESC, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede.
E-mail: geisa.bock@udesc.br

Karina Marcon - Doutora em Educação (UFRGS). Professora Associada da UDESC, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede.
E-mail: karina.marcon@udesc.br

Licença de acesso livre



A **ESUD** | **CIESUD** | **SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.